

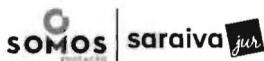
RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY

MANUAL DE
Direito
Processual Civil

Teoria Geral do Processo • Processo de Conhecimento • Processos nos Tribunais
• Recursos • Liquidação • Processo de Execução • Procedimentos Especiais

2018

saraiva  jur



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Muller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Massanhi
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Ferrino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação e revisão Know-How Editonal

Capa Idée arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Thamay, Rennan

Manual de direito processual civil / Rennan Thomay. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Título II. Série.

18-0127

CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático

1. Direito processual civil 347.9
2. Processo civil : Direito civil 347.9

Data de fechamento da edição: 8-5-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604829 CAE 625427

1125140

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação</i>	9
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO	25
1. Introdução	25
2. Princípios	27
2.1. Aspectos gerais	27
2.2. Princípios fundamentais	31
2.2.1. Princípio do devido processo legal	32
2.2.2. Princípio do contraditório e da ampla defesa	34
2.2.3. Princípio do acesso à Justiça	38
2.2.4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	40
2.2.5. Princípio da motivação	41
2.2.6. Princípio da publicidade	44
2.2.7. Princípio do juiz natural	47
2.2.8. Princípio da igualdade	49
2.2.9. Princípio da razoável duração do processo	51
2.2.10. Princípio da cooperação	53
3. Organização judiciária	55
3.1. A organização judiciária no Brasil: aspectos iniciais	55
3.2. Órgãos do Poder Judiciário	56
3.2.1. O Supremo Tribunal Federal	57
3.2.2. O Conselho Nacional de Justiça	60
3.2.3. O Superior Tribunal de Justiça	62
3.2.4. Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais	65
3.2.5. Os Tribunais e Juízes do Trabalho	67
3.2.6. Os Tribunais e Juízes Eleitorais	70

3.2.7. Os Tribunais e Juizes Militares.....	72
3.2.8. Os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.....	73
3.2.9. Funções essenciais à Justiça: Advocacia e Ministério Público ...	74
4. Jurisdição.....	76
4.1. Introdução: aspectos iniciais.....	76
4.2. Princípios da jurisdição.....	78
4.3. Características.....	79
4.4. Novos contornos da jurisdição.....	80
4.4.1. A arbitragem como método alternativo de solução de conflitos	82
4.4.2. A sentença arbitral.....	86
4.5. Jurisdição voluntária.....	88
4.6. Jurisdição especial e comum.....	89
4.7. Limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional.....	90
4.7.1. Da cooperação nacional.....	93
5. Competência.....	94
5.1. Definição.....	94
5.2. Critérios de fixação.....	99
5.3. Competência relativa e absoluta.....	100
5.4. Modificação da competência.....	101
5.5. A competência em face dos Tribunais Superiores: posição sumular....	103
 CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	 107
1. Ação.....	107
1.1. Conceito.....	107
1.2. Teorias da ação.....	108
1.3. Condições da ação.....	108
1.4. Noções introdutórias das condições da ação.....	111
1.5. Condições da ação e mérito.....	115
1.6. Interesse de agir.....	115
1.7. Legitimação para a causa.....	119
2. Processo e procedimento.....	123
2.1. Pressupostos processuais.....	124
2.1.1. Pressupostos de existência.....	126
2.1.2. Pressupostos de validade (de desenvolvimento).....	126
2.1.3. Pressupostos processuais negativos.....	127
 CAPÍTULO III – ATOS PROCESSUAIS.....	 129
1. Classificação dos atos processuais.....	131

1.1. Atos das partes.....	131
1.2. Atos (pronunciamentos) do juiz.....	133
1.3. Atos do escrivão ou chefe da secretaria.....	134
2. Do tempo e do lugar dos atos processuais	135
3. Comunicação dos atos processuais	137
3.1. Cartas	137
3.2. Citação.....	137
3.3. Intimação	139
4. Prazos processuais	141
5. Negócios jurídicos processuais	144
CAPÍTULO IV – PARTES, PROCURADORES, LITISCONSÓRCIO E TERCEIROS.....	153
1. Partes: capacidades	153
2. Partes: sucessão	154
2.1. Dos deveres das partes e de seus procuradores e da responsabilidade das partes por dano processual	156
2.2. Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas.....	158
3. Dos procuradores	164
4. Ministério Público.....	166
5. Litisconsórcio.....	168
5.1. Litisconsórcio necessário e facultativo	169
5.2. Litisconsórcio unitário e simples.....	172
6. Intervenção de terceiros.....	173
6.1. Assistência simples e litisconsorcial	174
6.2. Denúnciação da lide.....	176
6.3. Chamamento ao processo	179
6.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	181
6.4.1. Aspectos introdutórios.....	181
6.4.2. Aspectos básicos a respeito da personalidade jurídica	182
6.4.3. A desconsideração da personalidade jurídica no sistema brasileiro	184
6.4.4. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002: a caracterização do abuso da pessoa jurídica.....	186
6.4.5. A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor	187
6.4.6. A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil	189
6.4.7. O procedimento da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil	191
6.5. <i>Amicus curiae</i>	193

CAPÍTULO V – NULIDADES	197
1. Aspectos gerais	197
2. Das nulidades em espécie	200
2.1. Citação	200
2.2. Intimações	202
3. Ministério Público e a nulidade processual	205
4. Decisão <i>citra, ultra e extra petita</i>	207
 CAPÍTULO VI – DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO	 209
1. Elementos e estrutura	209
 CAPÍTULO VII – TUTELA PROVISÓRIA	 213
1. Da tutela provisória	213
2. Fundamento constitucional	218
3. Da recorribilidade	219
4. Provisoriedade e eficácia	220
5. Medidas e efetivação da tutela provisória	221
6. Competência	222
7. Tutela de urgência	223
8. Tutela antecipada e a irreversibilidade	225
9. Tutela cautelar	227
10. Tutela da evidência	227
11. Procedimento da tutela antecipada antecedente	231
11.1. Estabilização da tutela antecipada antecedente	233
12. Procedimento da tutela cautelar antecedente	236
13. Decisão, eficácia, mutabilidade e revogação	239
 CAPÍTULO VIII – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	 241
1. Formação do processo	241
2. Suspensão do processo	242
3. Extinção do processo	246
 CAPÍTULO IX – PROCESSO DE CONHECIMENTO	 249
1. Petição inicial	249
1.1. Conceito	249
1.2. Requisitos	250
1.3. O pedido	256
1.4. Posturas do juiz diante da petição inicial	260
1.5. Da improcedência liminar do pedido	261

2. Audiência de conciliação ou de mediação.....	264
2.1. Estrutura geral	264
3. Atitudes do réu	267
3.1. Introdução.....	267
3.2. Contestação.....	267
3.3. Reconvenção.....	275
4. Revelia.....	277
4.1. Introdução.....	277
4.2. Efeitos da revelia.....	278
4.2.1. Presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor (art. 344).....	278
5. Das providências preliminares e do saneamento.....	278
6. Julgamento conforme o estado do processo	280
6.1. Da extinção do processo.....	280
6.2. Do julgamento antecipado do mérito	281
6.3. Do julgamento antecipado parcial do mérito	282
6.4. Do saneamento e da organização do processo	283
7. Audiência de instrução e julgamento	285
7.1. Disposições gerais.....	285
7.2. Os debates orais e os memoriais escritos.....	287
7.3. O encerramento da audiência	287
CAPÍTULO X – PROVAS	289
1. Disposições gerais.....	289
2. Objeto.....	291
3. Ônus da prova.....	292
4. Provas em espécie	294
4.1. Da produção antecipada da prova (arts. 381 a 383)	294
4.2. Da ata notarial (art. 384)	295
4.3. Do depoimento pessoal (arts. 385 a 388).....	296
4.4. Da confissão (arts. 389 a 395).....	297
4.5. Da exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404)	299
4.6. Da prova documental (arts. 405 a 441)	301
4.7. Da prova testemunhal	303
4.8. Da prova pericial	304
4.9. Da inspeção judicial	306
CAPÍTULO XI – DA SENTENÇA.....	307
1. Sentença	307

1.1. Aspectos iniciais	307
1.2. Sentença no CPC	308
1.3. Espécies de sentenças	309
1.4. Destinatários, eficácia e efeitos da sentença	314
1.5. Elementos e aspectos de relevo da sentença	315
1.6. Sentença e o dever de fundamentação	318
CAPÍTULO XII – A ESTABILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS	325
1. Introdução	325
2. Mecanismos de estabilidade das decisões judiciais	326
2.1. A coisa julgada	327
2.2. A preclusão	330
2.3. O trânsito em julgado	333
CAPÍTULO XIII – DA COISA JULGADA	337
1. Elementos para a formação da coisa julgada	337
1.1. Introdução	337
1.2. A formação da coisa julgada: a doutrina da tríplice identidade (<i>træ eadem</i>) como suporte para a formação da coisa julgada	337
2. A coisa julgada como a imutabilidade da decisão de mérito	339
2.1. Introdução	339
2.2. Coisa julgada material x formal	340
2.2.1. Coisa julgada material: a verdadeira <i>res iudicata</i>	340
3. Limites da coisa julgada	343
3.1. Introdução	343
3.2. Limites subjetivos	343
3.3. Limites objetivos	346
3.4. Limites temporais	348
3.5. Limites territoriais	350
4. A coisa julgada como garantia constitucional	351
4.1. Introdução	351
4.2. Fundamentos políticos da coisa julgada	354
4.3. O direito fundamental à coisa julgada	355
4.4. Alcance da coisa julgada como garantia constitucional	356
5. A coisa julgada no direito processual civil	357
5.1. Introdução	357
5.2. A coisa julgada no CPC	358
5.2.1. A coisa julgada e sua definição: a interpretação do art. 502	358
5.2.2. A coisa julgada e seu limite objetivo: a interpretação do art. 503	359

5.2.3. Questões que não fazem coisa julgada: a interpretação do art. 504	362
5.2.4. Limite temporal da coisa julgada: a interpretação do art. 505... ..	364
5.2.5. Limites subjetivos da coisa julgada: a interpretação do art. 506	365
5.2.6. Interpretação do art. 274 do CC à luz do art. 506 do CPC.....	369
5.2.7. Preclusão e coisa julgada: a interpretação do art. 507	371
5.2.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada: a interpretação do art. 508	374
CAPÍTULO XIV – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	377
1. Da ordem dos processos no Tribunal	377
1.1. Distribuição, conexão e prevenção	378
1.2. Atuação e incumbência do relator	379
1.3. Julgamento	385
1.3.1. Julgamento estendido.....	390
1.3.2. Os votos e acórdãos.....	391
2. Incidente de assunção de competência	392
2.1. Cabimento e generalidades.....	392
2.2. Repercussão social e questão relevante	394
2.3. Objetivo.....	395
2.4. Legitimidade	397
2.5. Procedimento, julgamento e efeitos	397
2.6. Recursos cabíveis	398
3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	398
3.1. Aspectos iniciais e natureza jurídica.....	398
3.2. Da permissão constitucional.....	399
3.3. Da legitimidade, momento e preclusão	399
3.4. Procedimento, julgamento e efeitos	399
4. Conflito de competência.....	401
4.1. Generalidades, cabimento e legitimidade.....	401
4.2. Procedimento, decisão e efeitos	403
5. Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	404
5.1. Generalidades, cabimento e homologação	404
5.2. Requisitos	406
5.3. Do cumprimento da decisão	407
6. Ação rescisória.....	408
6.1. Conceito e generalidade	408
6.2. Decisão que pode ser rescindida	412

6.3.	Cabimento	413
6.4.	Legitimidade	419
6.5.	Prazo decadencial	420
6.6.	Processamento, procedimento, decisão, efeitos e recursos	422
7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	423
7.1.	Generalidades e natureza jurídica	423
7.2.	Cabimento	425
7.3.	Legitimados	427
7.4.	Procedimento, decisão e efeitos	427
8.	Reclamação	431
8.1.	Generalidades	431
8.2.	Natureza jurídica	433
8.3.	Classificação da reclamação	437
8.4.	Cabimento	438
8.5.	Sujeitos da reclamação	440
8.6.	Procedimento, julgamento e efeitos da reclamação	442
CAPÍTULO XV – DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES		445
1.	Precedentes	445
1.1.	Conceito de precedentes	447
1.2.	O Código de Processo Civil e o sistema dos precedentes à brasileira... ..	450
1.2.1.	A fundamentação e estrutura dos precedentes	451
1.2.2.	A força dos precedentes e o fortalecimento institucional do Judiciário	454
1.2.2.1.	Os precedentes e a inconstitucionalidade	456
1.2.3.	Os precedentes à brasileira e os formadores de precedentes.. ..	458
1.2.4.	Influência, efeitos e superação dos precedentes	460
1.2.5.	Conflito entre precedentes	462
CAPÍTULO XVI – RECURSOS		463
1.	Teoria geral dos recursos	463
1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos	463
1.1.1.	Introdução: alguns aspectos iniciais	464
1.2.	Objetivo dos recursos	467
1.2.1.	Reforma	467
1.2.2.	Invalidação	468
1.2.3.	Esclarecimento	469
1.2.4.	Integração	470

1.3.	Prejuízo	470
1.4.	Reexame.....	471
1.5.	Dos princípios aplicáveis aos recursos.....	471
1.5.1.	Princípio da correspondência.....	471
1.5.2.	Princípio da unirrecorribilidade.....	472
1.5.3.	Princípio da taxatividade	473
1.5.4.	Princípio da fungibilidade recursal.....	474
1.5.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	478
1.5.6.	Princípio da proibição do <i>reformatio in pejus</i>	480
1.6.	Admissibilidade do recurso.....	484
1.6.1.	Legitimidade.....	485
1.6.2.	Interesse recursal.....	487
1.6.3.	Cabimento.....	488
1.6.4.	Tempestividade.....	488
1.6.5.	Preparo.....	490
1.6.6.	Regularidade formal	492
1.6.7.	Dialeticidade.....	493
1.7.	Do juízo de recebimento, conhecimento e provimento dos recursos	494
1.8.	Efeitos dos recursos.....	496
1.8.1.	Efeito devolutivo	496
1.8.2.	Efeito translativo	498
1.8.3.	Efeito suspensivo	500
1.8.4.	Efeito obstativo	502
1.8.5.	Efeito ativo (suspensivo ativo)	503
1.9.	Recurso adesivo.....	503
1.10.	Desistência do recurso.....	505
1.11.	Renúncia ao direito de recorrer	507
1.12.	Irrecorribilidade dos despachos	508
1.13.	Impugnação total ou parcial da decisão	509
1.14.	Fluência e contagem dos prazos recursais.....	509
1.15.	Morte da parte ou do procurador.....	511
1.16.	Recurso interposto por um dos litisconsortes.....	512
1.17.	Trânsito em julgado e baixa dos autos do processo.....	513
1.18.	O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada.....	513
2.	Apelação.....	514
2.1.	Cabimento da apelação.....	515
2.2.	Procedimento, estrutura e prazo da apelação	517

2.3.	Apelação e os poderes do relator.....	519
2.4.	Efeito suspensivo da apelação: entre a regra e a exceção.....	521
2.5.	<i>Tantum devolutum quantum appellatum</i>	523
2.6.	Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória.....	524
2.7.	Questões de fato não propostas no juízo inferior.....	524
3.	Agravo de instrumento	526
3.1.	Cabimento	526
3.2.	Requisitos e forma de interposição	531
3.3.	Formação do instrumento do agravo	532
3.4.	Meios de interposição do agravo de instrumento	533
3.5.	Da juntada aos autos de cópia da petição do agravo	534
3.6.	Do procedimento e julgamento.....	534
4.	Agravo interno	535
4.1.	Cabimento	536
4.2.	Competência	537
4.3.	Impugnação específica.....	537
4.4.	Contrarrazões e procedimento	538
4.5.	Reprodução dos fundamentos da decisão agravada.....	538
4.6.	Multa.....	539
5.	Embargos de declaração.....	540
5.1.	Cabimento	540
5.2.	Prazo.....	543
5.3.	Procedimento e julgamento.....	543
5.3.1.	Dos embargos como agravo interno	544
5.3.2.	Da complementação/alteração das razões dos recursos já interpostos.....	544
5.3.3.	Do efeito interruptivo nos embargos.....	544
5.3.4.	Concessão do efeito suspensivo nos embargos de declaração.	545
5.3.5.	Embargos de declaração protelatórios e seus efeitos	545
6.	Recurso ordinário	545
6.1.	Recurso ordinário para o STF	546
6.2.	Recurso ordinário para o STJ	547
6.3.	Agravo de instrumento.....	547
6.4.	Causa madura	547
6.5.	Admissibilidade e procedimento nas causas internacionais	548
6.6.	Procedimento nas ações constitucionais perante o tribunal de origem	548
7.	Recursos especial e extraordinário	549

7.1. Esgotamento das vias ordinárias.....	549
7.2. Não cabe reexame de prova.....	549
7.3. Necessário prequestionamento.....	550
7.4. Inexistência automática de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário.....	550
7.5. Cabimento	551
7.5.1. Cabimento do recurso extraordinário.....	551
7.5.2. Cabimento do recurso especial	551
7.6. Procedimento e processamento	552
7.6.1. Da fungibilidade entre recurso extraordinário e especial.....	554
7.6.2. Da repercussão geral.....	555
7.7. Do Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	557
8. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	560
8.1. Cabimento	560
8.2. Procedimento e processamento	560
9. Embargos de divergência.....	561
9.1. Cabimento	562
9.2. Procedimento e processamento	564
CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO	565
1. Liquidação de sentença.....	565
1.1. Generalidades	565
1.2. Natureza jurídica.....	566
1.3. Legitimados.....	567
1.4. Cabimento e procedimento	568
1.5. Liquidação e coisa julgada	572
CAPÍTULO XVIII – EXECUÇÃO.....	575
1. Introdução e panorama da tutela executiva	575
2. Da autonomia ao sincretismo da tutela executiva	577
3. Da estrutura da tutela executiva no CPC	578
3.1. Da patrimonialidade.....	579
3.2. Desfecho único	580
3.3. Da respeitabilidade da boa-fé.....	581
3.4. Da transparência patrimonial	582
3.5. Da adequação.....	582
4. Princípios específicos da execução.....	583
4.1. Princípio da máxima utilidade da execução.....	585

4.2.	Princípio do menor sacrifício do executado	586
4.3.	Princípio da <i>nulla executio sine titulo</i>	588
4.4.	Princípio da taxatividade	590
5.	Requisitos para a execução	592
5.1.	Ponto de esclarecimento sobre os requisitos	594
5.2.	Liquidez	595
5.3.	Certeza	596
5.4.	Exigibilidade	596
5.5.	Inadimplemento	597
5.6.	Cumulação de execuções	597
5.7.	Um estudo do direito sumular	598
6.	Espécies de títulos executivos	599
6.1.	Títulos executivos extrajudiciais no CPC	599
6.1.1.	A aplicação do direito intertemporal e os títulos executivos extrajudiciais	599
6.1.2.	Títulos executivos extrajudiciais no CPC	601
6.1.2.1.	Cédula de Produto Rural como título executivo extrajudicial	604
6.1.2.2.	Requisitos da Cédula de Produto Rural (CPR)	605
6.2.	Títulos executivos judiciais no CPC	606
7.	Modalidades executivas	611
7.1.	Cumprimento de sentença	611
7.1.1.	Noções gerais	611
7.1.2.	Características	611
7.1.3.	Execução definitiva e provisória	612
7.1.4.	O cumprimento da sentença e seus requisitos necessários	613
7.1.5.	A definição da competência no cumprimento da sentença	616
7.1.6.	A constituição de capital	617
7.1.7.	Impugnação ao cumprimento da sentença	618
7.1.7.1.	Noções gerais	618
7.1.7.2.	Legitimidade	619
7.1.7.3.	Prazo	619
7.1.7.4.	Casos de cabimento da impugnação	620
7.1.7.5.	Do efeito suspensivo	621
7.1.7.6.	Dos recursos	622
7.2.	Execução de título executivo extrajudicial	623
7.2.1.	Aspectos introdutórios	623

7.2.2.	Legitimados	623
7.2.3.	Demanda executiva e seus aspectos, desistência e efeitos	624
7.2.4.	A escolha dos bens.....	624
7.2.5.	Da condição ou termo e da cumulação de execuções	624
7.2.6.	Da responsabilidade do exequente, das multas e indenizações .	625
7.2.7.	Da competência	625
7.2.8.	Do título executivo e da exigibilidade da obrigação.....	626
7.2.9.	Da responsabilidade patrimonial	626
7.2.10.	Aspectos gerais, petição inicial executiva, documentos necessários e demais aspectos da execução extrajudicial.....	629
7.3.	Execução por quantia certa contra devedor solvente	632
7.3.1.	Aspectos gerais	632
7.3.2.	Da penhora de bens e seus consectários	635
7.3.3.	Da penhora de créditos	639
7.3.4.	Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas.....	640
7.3.5.	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	641
7.3.6.	Da penhora de percentual de faturamento de empresa.....	643
7.3.7.	Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .	643
7.3.8.	Da avaliação	645
7.3.9.	Da adjudicação.....	646
7.3.10.	Da alienação por iniciativa do particular.....	647
7.3.11.	Da alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial	648
7.3.12.	Da satisfação do crédito	653
7.4.	Execução para entrega de coisa.....	654
7.5.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer.....	656
7.6.	Da execução fiscal	658
7.6.1.	Da averbação pré-executória.....	661
7.7.	Embargos à execução	662
7.8.	Da suspensão da execução	667
7.9.	Da extinção do processo de execução.....	668
CAPÍTULO XIX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		669
1.	Dos procedimentos especiais: elementos, estrutura, procedimentos e formas	669
1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos.....	669
1.2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	671

1.2.1.	Ação de consignação em pagamento	671
1.2.2.	Ação de exigir contas.....	675
1.2.3.	Ações possessórias.....	678
1.2.3.1.	Manutenção e reintegração de posse.....	682
1.2.3.2.	Interdito proibitório.....	684
1.2.4.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares	684
1.2.4.1.	Aspectos gerais	684
1.2.4.2.	Da demarcação	686
1.2.4.3.	Da divisão	688
1.2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade	690
1.2.6.	Inventário e partilha.....	694
1.2.7.	Embargos de terceiro.....	704
1.2.8.	Oposição.....	706
1.2.9.	Habilitação	707
1.2.10.	Das ações de família.....	708
1.2.11.	Ação monitória.....	710
1.2.12.	Homologação do penhor legal.....	713
1.2.13.	Da regulação de avaria grossa.....	714
1.2.14.	Da restauração de autos.....	717
1.3.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	719
1.3.1.	Disposições gerais	719
1.3.2.	Da notificação e da interpelação	719
1.3.3.	Da alienação judicial	721
1.3.4.	Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio	721
1.3.5.	Testamentos e codicilos	724
1.3.6.	Da herança jacente.....	725
1.3.7.	Dos bens dos ausentes.....	727
1.3.8.	Das coisas vagas.....	729
1.3.9.	Da interdição	729
1.3.10.	Das disposições comuns à tutela e à curatela.....	733
1.3.11.	Da organização e da fiscalização das fundações.....	734
1.3.12.	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	736
	<i>Referências bibliográficas.....</i>	739